

**CARTA-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE APPLIANCE DE SEGURANÇA DE BORDA (FIREWALL DE BORDA), COMPREENDENDO A DISPONIBILIZAÇÃO DO CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS DE HARDWARE E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA E F DO C DANIN EIRELI, NA FORMA DAS CLÁUSULAS ABAIXO:**

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de 2023, nesta cidade de Manaus, em sua sede, a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM**, empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.183.937/0001-38, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus, Amazonas, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor **MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade profissional sob o registro nº [REDACTED], emitida pelo Conselho Regional de Economia da 13ª Região - AM e CPF nº [REDACTED], e por sua Diretora de Administração, senhora **CRISTINA COELHO DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº [REDACTED] SSP/AM e CPF nº [REDACTED], ambos domiciliados no mesmo endereço da **CONTRATANTE** e a empresa **E F DO C DANIN EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, empresa individual de responsabilidade limitada, registrada na Junta Comercial do Estado do Pará, e sob o NIRE nº 15600075608, inscrita no CNPJ sob o 17.384.724/0001-89, com sua sede situada na Avenida Governador José Malcher, nº 937, Edifício Real One, Sala 1805 A, Nazaré, CEP 66055-260, Belém, Pará, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Titular, o senhor **EDUARDO FRAZAO DO COUTO DANIN**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº [REDACTED] SSP/PA e CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado na Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1316, apto 502, Ed. Vitriini, Umarizal, CEP 66.055-200, Belém, Pará, firmam a presente **CARTA-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE APPLIANCE DE SEGURANÇA DE BORDA (FIREWALL DE BORDA), COMPREENDENDO A DISPONIBILIZAÇÃO DO CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS DE HARDWARE E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE**, em consonância com a autorização da **CONTRATANTE**, por meio do Documento de Dispensa de Licitação – DDL nº 27/2023, de 27.10.2023, vinculado ao Processo de Contratação nº 016501.04.51/2023-AFEAM, por

dispensa de licitação sob o amparo do artigo 29, inciso II, da Lei nº 13.303, de 2016, e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Por força desta carta-contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar à **CONTRATANTE** os serviços de outsourcing de *appliance* de segurança de borda (*firewall* de borda), compreendendo a disponibilização do conjunto de equipamentos de hardware e licenciamento de software, conforme especificações contidas na Proposta de Preços da **CONTRATADA**, de 27.10.2023, que passa a integrar o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:** A **CONTRATADA** é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto desta carta-contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, comercial, securitária ou previdenciária e ambiental que resultem ou venham a resultar da execução desta carta-contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** obriga-se a afastar qualquer empregado ou preposto seu, do local dos serviços, cuja presença, a juízo da fiscalização, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no Parágrafo Primeiro, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto da carta-contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Com o escopo de possibilitar a realização dos serviços citados na cláusula anterior, assume a **CONTRATANTE** as seguintes obrigações:

- a) Pagar o valor dos serviços na forma pactuada nesta carta-contrato;
- b) Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade verificada na execução das atividades objeto desta carta-contrato;

c) Cumprir e fazer cumprir as obrigações que lhe caibam, decorrentes desta avença.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO:** O prazo de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, de 10.12.2023 a 10.12.2024.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR:** O valor global da presente carta-contrato é de R\$ 46.226,40 (quarenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO:** O valor desta carta-contrato será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 3.852,20 (três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), em até 10 (dez) dias úteis, mediante atesto do setor competente na Nota Fiscal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, em validade.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:** À **CONTRATANTE** é assegurado o direito de a seu critério e por meio dos representantes especialmente designados abaixo descritos, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização em todas as fases de execução dos serviços da **CONTRATADA**, sem prejuízo desta, de fiscalizar seus empregados ou prepostos:

**Fiscalização Técnica:** Paulo Henrique Byanco de Andrade, matrícula nº 138 e José Alves Pereira Neto, matrícula nº 245, como fiscal substituto.

**Fiscalização Administrativa:** Koichi Yoshidome, matrícula nº 665 e Rafael Alfaia Fadel Arruda, matrícula nº 670, como fiscal substituto.

**CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

I - Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

II - Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** mantenham o sigilo e a confidencialidade desses dados, além de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Esta por sua vez, ainda deve se comprometer a treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

III - Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

IV - A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES:** Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 2 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As sanções previstas nos incisos I e III, do *caput*, da Cláusula Décima, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADVERTÊNCIA:** A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à **CONTRATADA**, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, em caso da **CONTRATADA** possuir registro no referido Sistema, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 05% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MULTA:** A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

a) Na execução do contrato, quando a **CONTRATADA** cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau:

**Tabela 1: Grau das Infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03

02	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
03	Deixar de cumprir quais quer dos compromissos assumidos na proposta comercial apresentada à CONTRATANTE, que embasou a contratação.	01
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
06	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados.	02
07	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
08	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
09	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

**Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns:**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

b) No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

c) No caso de inexecução total, incidência de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

d) No caso de fraude na execução do contrato ou fiscal, incidência de multa cuja base deve corresponder ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente;

e) No caso da **CONTRATADA** descumprir o disposto na CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS desta carta-contrato, incidência de multa cuja base deve corresponder ao prejuízo causado à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independente da multa prevista nesta carta-contrato, caso a **CONTRATADA** venha a causar prejuízos à **CONTRATANTE**, por meio de sua conduta, a mesma fica obrigada a ressarcí-los integralmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O não pagamento da multa aplicada ou ressarcimento do prejuízo causado importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM, por 02 (dois) anos, ou até o adimplir a obrigação que deu origem a suspensão.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O débito resultante de multa administrativa de que trata este artigo poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal da **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Qualquer multa imputada e não paga no prazo concedido pela **CONTRATANTE** será corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A aplicação da sanção de multa importa em sua comunicação à **CONTRATADA**, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no SICAF, em caso de a **CONTRATADA** possuir registro no referido Sistema, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação de multa não impede que **CONTRATANTE** rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A **CONTRATADA** será convocada para pagar o valor total da multa mediante depósito identificado, em favor da **CONTRATANTE**, na conta corrente nº 5050-4, agência nº 3734-6, do Banco Bradesco S.A, e comprovar o pagamento mediante apresentação do respectivo comprovante de depósito bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO:** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:** O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, unilateral ou judicial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão consensual do contrato ocorrerá por acordo entre as partes, conforme condições definidas no termo de distrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A rescisão unilateral do contrato poderá ser requerida pela **CONTRATANTE**, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, em que seja assegurado à **CONTRATADA** direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração de processo administrativo, quando ocorrer, dentre outros, os seguintes motivos:

I. o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pela **CONTRATADA**;

II. a alteração da pessoa da **CONTRATADA**, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da AFEAM;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela AFEAM e que causem prejuízo à execução do objeto.

III. o desatendimento reiterado e injustificado das determinações da **CONTRATANTE** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

IV. o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V. a dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

- VI. a decretação de falência ou a insolvência civil de qualquer uma das partes;
- VII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do contrato;
- VIII. razões de interesse da **CONTRATANTE**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- IX. a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- X. o descumprimento pela **CONTRATADA** da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; e,
- XI. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A rescisão judicial ocorrerá por meio de decisão judicial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da **CONTRATANTE**, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório, neste contrato e no RILC AFEAM:

- I - assunção imediata do objeto contratado pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar; e,
- II – retenção de eventuais créditos devidos a **CONTRATADA**, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e ainda terá direito a:

- I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e,
- II - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO:** O contrato poderá ser alterado por meio de aditamento, nos casos apontados pelo artigo 81, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no seu objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 81, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A supressão do objeto poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato mediante acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do artigo 81, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO:** A **CONTRATADA** e seus representantes legais obrigam-se a manter, durante toda a vigência deste instrumento, os

documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a certificação de regularidade fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes desta carta-contrato, no valor mencionado na Cláusula Sexta, inserem-se nos recursos próprios da AFEAM, comprovados por meio de subitem 2.2. do Documento de Oficialização da Demanda – DOD.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:** As partes elegem como foro da presente carta-contrato o da cidade de Manaus, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

De tudo, para constar, foi lavrado a presente carta-contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, Amazonas, 27 de novembro de 2023.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - AFEAM  
(CONTRATANTE)**

Marcos Vinicius Cardoso de Castro  
Marcos Vinicius Cardoso de Castro (28 de novembro de 2023 16:14 AST)

**MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO**  
Diretor-Presidente

Cristina Coelho da Silva  
Cristina Coelho da Silva (28 de novembro de 2023 14:31 AST)

**CRISTINA COELHO DA SILVA**  
Diretora de Administração

**E F DO C DANIN EIRELI  
(CONTRATADA)**

Eduardo Frazão do Couto Danin  
Eduardo Frazão do Couto Danin (27 de novembro de 2023 17:39 GMT-3)

**EDUARDO FRAZAO DO COUTO DANIN**  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

Jaques Douglas Mota Gonçalves  
Jaques Douglas Mota Gonçalves (27 de novembro de 2023 17:47 AST)

**JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES**  
CPF: [REDACTED]  
RG: [REDACTED]

Liah Lopes Antela  
Liah Lopes Antela (27 de novembro de 2023 16:46 AST)

**LIAH LOPES ANTELA**  
CPF: [REDACTED]  
RG: [REDACTED]